



**escola de gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE  
DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO  
ESCOLAR**

**AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NA PERSPECTIVA DO  
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA  
ESTADUAL DEPUTADO ÁLVARO SALLES**

**ARLETE PEREIRA FELIX DE OLIVEIRA**

**BELO HORIZONTE**

**2015**

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NA PERSPECTIVA DO  
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA  
ESTADUAL DEPUTADO ÁLVARO SALLES**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Priscila Rezende Moreira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE  
2015**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ARLETE PEREIRA FELIX DE OLIVEIRA**

### **AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NA PERSPECTIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO ÁLVARO SALLES**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em \_\_\_\_ de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

---

Prof<sup>a</sup>. Mestre Priscila Rezende Moreira– Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Arlete Pereira Felix de Oliveira - Cursista

## RESUMO

A proposta deste trabalho de conclusão de curso (TCC) é o de apresentar o programa de avaliação da Escola Estadual Deputado Álvaro Salles (EEDAS), bem como as considerações apresentadas no artigo 69 da Resolução de 26 de outubro de 2012, da Secretaria de Educação de Minas Gerais - SEE nº 2.197, que dispõe sobre a avaliação da aprendizagem aos alunos da rede estadual de Minas Gerais. O presente TCC, tem como foco as avaliações internas e externas da referida escola, confirmando o compromisso desta instituição com a formação de seus alunos, preparando-os para a continuidade dos estudos, demonstrando ser viável a elaboração de um Projeto Político Pedagógico (PPP) bem articulado e democrático, sempre buscando a interação entre a comunidade e a gestão.

**Palavras Chave:** Avaliação, Escola Democrática, Gestão Escolar, Projeto Político Pedagógico.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
2. JUSTIFICATIVA .....	8
3. OBJETIVOS .....	9
4. AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NA PERSPECTIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO ÁLVARO SALLES .....	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	14
REFERÊNCIAS .....	15
ANEXO 1- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO ÁLVARO SALLES .....	16

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como objetivo apresentar uma análise sobre a avaliação proposta pela gestão da “Escola Estadual Deputado Álvaro Salles” sob a perspectiva da resolução da Secretaria de Educação de Minas Gerais - SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, em seu artigo 69. De acordo com essa Resolução, as avaliações nas instituições estaduais de Minas Gerais devem seguir as referidas normatizações:

“Art. 69 – A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, deve: I - assumir um caráter processual, formativo e participativo; II - ser contínua, cumulativa e diagnóstica; III - utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos; IV - fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos; V - assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo; VI - prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo; VII - assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente; VIII - possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade.” (BELO HORIZONTE, Resolução SEE Nº 2.197, de 26 de outubro de 2012., 2014).

No sentido de caráter processual fica claro que o objetivo das avaliações frequentes no início do ano letivo da “EE Deputado Álvaro Salles” é o de confirmar o compromisso com a qualidade do ensino, e vem sistematicamente se utilizando das propostas de seu Projeto Político Pedagógico - PPP para que esta qualidade seja vista e, as avaliações, tornem-se um instrumento de confirmação desta

preocupação, por isso seu PPP vem como elemento fundante provedor da qualidade/eficiência.

Para além das avaliações de aprendizagem dos alunos, o foco do presente TCC será as avaliações externas que também se baseiam nessa primeira, ou seja, avaliar a qualidade, a equidade e eficiência do ensino para oferecer condições para a elaboração de políticas públicas. Por isso, a importância de se investigar o nível de aprendizado dos alunos para dar subsídios para que a escola conheça o perfil de desses e, a importância de desenvolver ações que permitam que as avaliações externas consigam dimensionar o esforço realizado pelos gestores a fim de melhorar o desempenho dos seus alunos. Partimos do pressuposto que a avaliação externa permite a reflexão dos profissionais que atuam nas escolas em busca da melhora na qualidade do ensino.

## 2. JUSTIFICATIVA

Desde a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 1990, as escolas brasileiras começaram a ser avaliadas pelo Governo Federal e pelos governos estaduais. Nesse sentido as escolas se preparam para as avaliações e todo trabalho pedagógico se coordena visando o desempenho das avaliações externas das quais os alunos se submetem durante o ano letivo.

Nessa direção, Fernandes e Freitas (2008, p.20) afirmam que: “[...] a avaliação parte do princípio de que todas as pessoas são capazes de aprender e de que as ações educativas, as estratégias de ensino das disciplinas devem ser planejadas a partir dessas infinitas possibilidades de aprender do estudante”.

Assim, se a proposta da escola é democratizar o ensino/aprendizagem e trabalhar sob a perspectiva da igualdade de aproveitamento das possibilidades oferecidas pela instituição, as avaliações externas vêm como mero instrumento de confirmação da seriedade com que se trabalha ali, sendo vista, ao final do processo, como referencia positiva, demonstrando que o PPP é viável e eficaz como um indicador de direção, mais precisamente uma bússola.

O PPP da Escola Estadual Deputado Álvaro Salles foi realizado de modo organizado e positivo, levando o mesmo a alcançar médias favoráveis nas avaliações externas. É importante mencionar esta prática através do PPP em momentos de interações coletivas praticadas ao longo do ano letivo e de prática das avaliações realizadas sempre no início do ano letivo, visando diagnosticar todo tipo de ações possíveis vindas do resultado das avaliações diagnósticas.

Portanto, as avaliações externas viabilizam mais uma oportunidade de avaliar o todo das ações praticadas na Escola Estadual Deputado Álvaro Salles.

O objeto norteador do desempenho da “EE Deputado Álvaro Salles” diz respeito às diretrizes rezadas em seu PPP. Tornando, assim, as avaliações externas um acúmulo de avaliações durante o ano letivo.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo Geral**

- Analisar as propostas de avaliações da E.E Deputado Álvaro Salles presentes no PPP da instituição, tendo como foco as avaliações externas.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

- Verificar os resultados das avaliações externas da E.E. Deputado Álvaro Salles;
- Verificar como as avaliações externas são recebidas e percebidas como objetivo fundante do desempenho da escola como um todo.

#### **4. AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NA PERSPECTIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO ÁLVARO SALLES**

A proposta do PPP da Escola Estadual Álvaro Salles é de obter uma avaliação coletiva, buscando a presença do conselho escolar, conselho de classe, dos professores. E sempre ao término das avaliações tanto por disciplinas, das entregas dos trabalhos, e das demais atividades, vem toda equipe, professores, supervisores pedagógicos, direção, vice direção, representantes de alunos, auxiliar de secretaria em reunião de acordo com cada segmento, ano/ turma, fazer um diagnóstico antes da nota final. Assim, é tudo previsto no PPP.

A avaliação é rigorosa, levando em consideração a participação, o interesse, o aproveitamento, as dificuldades, atitudes, metodologia, utilizada para a aprendizagem, pontuando condições e necessidades de cada aluno avaliado.

A Escola Estadual Deputado Álvaro Salles elabora no início do ano seu perfil de desempenho, já instituindo em seu PPP quais as diretrizes a serem alcançadas e sob quais aspectos serão trabalhados, procurando sempre sanar as dificuldades que possam aparecer, tanto no desempenho individual quanto coletivo das turmas, ou de um ou outro aluno, tendo sempre o cuidado de evitar as disparidades de aproveitamento de conteúdo, dentro do tempo e do espaço escolar, preocupando sempre com o aluno e respeitando as individualidades.

Ao analisar uma avaliação, a escola a adequa aos alunos, principalmente para evitar a exclusão, sendo esta uma das suas características. Ela trabalha para obter uma avaliação inclusiva, principalmente sobre os primeiros anos do ensino fundamental. Ao fazer esta análise, a instituição conta sempre com a participação de todos os envolvidos no ensino/aprendizagem, pais, professores, representantes dos alunos, profissionais, conselho de classe, colegiado, tornando, assim, o ambiente escolar uma democracia educadora.

Há uma avaliação no início do ano para diagnosticar falhas do ensino/aprendizagem. Este processo de avaliação é frequente por que todo processo de trabalho dos envolvidos na escola, ocorrendo em função do aproveitamento do ensino e fortalecendo totalmente qualquer projeto de ensino e aprendizagem que se possa aplicar dentro da escola. Sendo uma escola que preocupa com qualidade de vida e formação de cidadania, tem adequado o currículo

às avaliações externas, que são muitas e com objetivos específicos.

O estado de Minas Gerais, através da Secretaria Estadual de Educação (SEE) elaborou Propostas Curriculares para orientar professores do ensino fundamental. Todo início de ano é oferecido e dado aos profissionais da escola oportunidade de participar de seminários, adequando seus planejamentos às estruturas e à realidade da clientela ali matriculada, num esforço contínuo de busca do melhor. A Gestão democrática neste sentido se fortalece, pois é oferecida aos professores uma linha de procedimento dentro concepção curricular. (PPP. Escola Estadual Deputado Álvaro Salles, 2014).

A Gestão democrática, por sua vez, procura adequar os professores, enviando-os para cursos de capacitação oferecidos pela SEE sob a perspectiva das resoluções e pareceres das secretarias relativas às novas diretrizes curriculares.

Assim, fica a cargo das especialistas e gestão propor estratégias de acordos e resultados, dentro das características do grupo social que é atendido por ela. É importante ainda que, a escola promova a inclusão social respeitando as avaliações externas. Estas avaliações nivelam a autoestima, que por razões inerentes ao contexto e aos agentes políticos, sociais e ou culturais ali presentes possa existir.

Portanto, estas avaliações deveriam ser destinadas e caracterizadas a partir do perfil da escola, observadas suas peculiaridades.

Segundo Souza (2010, p.8): “[...] a avaliação de sistemas de ensino deve estar, portanto ancorada no princípio e no método democrático que sustentam a gestão da rede sistema de ensino e a gestão escolar”.

Os objetivos alcançados com as avaliações são de suma importância para todo o contexto escolar, capazes de colaborar e até mesmo se tornarem instrumento decisivo para elaboração de projetos de intervenção e diagnóstico de toda estrutura da escolar, sendo instrumento fiel das ações escolares que envolvem todas as partes, funcionários administrativos, professores, auxiliares em educação, especialistas, gestores e a família, representando, cada um seu segmento de origem social.

No caso específico da Escola Estadual Dep. Álvaro Sales, o IDEP dos últimos anos demonstra que a escola está indo por um bom caminho em termos de qualidade de ensino. Desde 2007 estamos acima da média nacional e buscamos melhorar os índices tendo como foco as metas projetadas para os próximos anos. Conforme pode ser verificado na Tabela 1:

**Tabela 1:** IDEB – Escola Estadual Deputado Álvaro Salles

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EE DEPUTADO ALVARO SALLES	3.4	4.8	5.7	5.7	6.1	3.5	3.9	4.3	4.8	4.8	5.1	5.4	5.7

Fonte: INEP. 2015.

As avaliações elaboradas e aplicadas sob a coordenação do Sistema de Avaliação Mineiro da Educação Básica (SIMADE), do Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), e Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica (PROEB), e do Governo Federal através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) e Prova Brasil e a Avaliação Nacional da educação Básica (ANEB), fornecem um diagnóstico específico para cada série idade.

O processo de avaliação oferece uma série de indicadores pertinentes ao desempenho da escola/gestão e dos órgãos detentores de poderes legitimados por lei, mas também oferece uma gama sem fim de possibilidades estratégicas para diagnóstico e o processo de ensino aplicado na escola e de como a escola está trabalhando.

Outro indicativo de verificação de desempenho importante, que vem sendo praticada pelo estado é a Resolução Conjunta SEPLAG/SEE nº 7.110/2009. Os servidores preenchem o Plano de Gestão do Desempenho individual (PGDI) onde descrevem as ações que pretendem desenvolver, suas habilidades, atitudes, e sua formação. A Gestão também é avaliada, os demais servidores são avaliados. Ainda, segundo Lucena (1995, p.149) A Avaliação de desempenho:

“[...] constitui uma ferramenta gerencial para administrar o desempenho em todas as suas dimensões, desde desempenho, até planejamentos das ações para corrigir desvios de desempenho, ou melhor, aproveitamento das capacidades das pessoas e a avaliação dos resultados obtidos.”

Diante de tantas mudanças e a velocidades que ocorrem, tanto no âmbito tecnológico quanto dos valores da sociedade, é preciso a ter para a verdadeira função das avaliações propostas pelos órgãos oficiais. Tal atenção deve ser dada

com a mesma rapidez que se cobra das escolas resultados de estatísticas sem levar em conta que a sociedade muitas das vezes é pega de surpresa nas mudanças dos valores, dos conceitos, das tecnologias, o tempo urge, isto ficará para ser discutido em outra oportunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento deste TCC, verificamos que é de suma importância que a quantidade de avaliações ao longo do ano aponte soluções para as diversas dificuldades que surgem no decorrer do ano letivo, dificuldades estas que não apontem, apenas, onde ocorrem as falhas de ensino/aprendizagem, mas que apontem soluções para estas falhas.

As avaliações que são aplicadas pelo sistema oficial apenas confirmam que é preciso ater para a diversidade de questões sociais que levam ao baixo desempenho do alunado, mesmo estando o espaço escolar atento para as dificuldades. Portanto, é preciso que essas avaliações sejam mais direcionadas para não correr o risco de nivelar o ensino, mas sim direcionar as aptidões que ficam escondidas com o nivelamento do ensino/aprendizagem, verificado nas avaliações externas. Isto porque, estas últimas são feitas para o apontamento do geral e não individual.

Penso, portanto, que deveria haver provas específicas para cada caso, e direcionadas de acordo com a região, respeitando suas particularidades. A avaliação para tomada de decisão pode, ao longo do tempo, ser perigosa e causar exclusão, como pode também promover uma competição. Fica, então, a dúvida sobre a validade pedagógica das avaliações, tanto as externas como as internas.

Neste sentido, o que pesa no processo de avaliar não é sua quantidade, mas sim sua qualidade. Sendo assim, avaliar o aluno, definir conceitos e promover a qualidade do ensino/aprendizagem está muito além.

Para isso, a construção de mecanismos de medida de qualidade é importante, mas a forma com que é aplicado, nivelando os resultados, produz um padrão de aprendizagem/ensino que não oferece crescimento do conhecimento, estatizando e formando apenas gráficos oficiais. As metodologias e a busca do novo ficam aquém do prazer de aprender, de criar, de inovar.

## REFERÊNCIAS

ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO ÁLVARO SALLES. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Deputado Álvaro Salles** – 2014. Belo Horizonte, 2014.

FERNANDES, Claudia de Oliveira. FREITAS, Luiz Carlos de. **Indagação sobre currículo** - Currículo e avaliação. Caderno nº 5. p.17-43. Brasília. 2008. Disponível em <http://crv.educacao.mg.gov.bccr/sicstemacrv/>.

LUCENA, Maria Diva de Salette. **Avaliação de desempenho**. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1995.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 2.197 de 26 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2012.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza [et al.]. **Gestão e avaliação da educação escolar**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba: Ed. da UFPR. 2005.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza...[et al.].**Níveis do Planejamento educacional**. Disponível em:[http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data//niveis do planejamento educacional - Ângelo Ricardo Souza.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data//niveis_do_planejamento_educacional_-_Ângelo_Ricardo_Souza.pdf).  
democratica\_na\_educacao\_MEC.pdf

**ANEXO 1- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA  
ESTADUAL DEPUTADO ÁLVARO SALLES**



**escola de gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE  
DE EDUCAÇÃO (FAE)**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL  
DEPUTADO ÁLVARO SALLES**

**ARLETE PEREIRA FÉLIX DE OLIVEIRA**

**CRISTINA CIRINO RODRIGUES DOS SANTOS**

**SÍLVIA MARA DE ARAÚJO RESENDE**

**BELO HORIZONTE, 2014**



escola de **gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE  
DE EDUCAÇÃO (FAE)**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL  
DEPUTADO ÁLVARO SALLES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Jeanne de Jesus Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2014**



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	3
<b>1. FINALIDADES DA ESCOLA</b> .....	5
<b>2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b> .....	9
<b>2.1 Estrutura Organizacional Administrativa</b> .....	9
<b>2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica</b> .....	10
<b>3. CURRÍCULO</b> .....	13
<b>4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES</b> .....	16
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO</b> .....	19
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO</b> .....	23
<b>7. AVALIAÇÃO</b> .....	27
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	32
<b>ANEXOS</b> .....	

## INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Deputado Álvaro Salles situada à Rua Carlos Lacerda, nº350, bairro Trevo, cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais foi instituída e denominada Escola Estadual anexo ao Abrigo Jesus está situada à Rua Três, s/nº- Granja Paraíso, desde 16 de dezembro de 1981. A Lei nº 8.127, de 16 dezembro de 1981 mudou a nomenclatura para Escola Estadual Deputado Álvaro Salles.

Em 1995 foi construído prédio próprio, neste mesmo ano foi autorizada, pela resolução da Secretaria do Estado da Educação/ MG, nº760895 de 07/02/1995, a extensão de série 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental.

Em 2007, foi autorizado o funcionamento do Ensino Médio (três turmas de 1º ano) de acordo com a portaria nº 03/2007 nos termos do Art. 1º da Resolução SEE nº 170 de 29/10/2002 publicado no MG de 20/01/2007, páginas 5. (BELO HORIZONTE 2014, p.6)

A escola recebe orientações da Secretaria Estadual de Educação, em sua construção segue o padrão das escolas estaduais de Minas Gerais, dividida em dois prédios com 14 salas de aula, biblioteca, sala de vídeo, cozinha, refeitório, banheiro masculino e feminino para os alunos, sala dos professores, secretaria, banheiro para os funcionários, sala de informática, sala da direção, sala da vice – direção, sala de supervisão, pátio, quadra coberta e quadra descoberta e um estacionamento de pequeno porte.

Atualmente a escola atende alunos do Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, Ensino Médio, Reinventando Ensino Médio e Modalidade EJA/ Ensino Médio. A escola em sua função social atende alunos de diversas condições sociais, oriundas de abrigos, de risco social, e classe média com situações econômicas melhores. A escola em uma gestão democrática e participativa oferece em seus espaços escolares, encontros com a comunidade, com funcionários e alunos. Promove além do aprendizado de leituras, escritas, cálculos, apresentações, palestras, oportuniza momentos de lazer com festas, passeios, jogos esportivos e desfiles.

De acordo com AZEVEDO (2010, p.3):

[...] faz-se necessário contar com a presença de mediadores na escola comprometidos com um projeto de educação e sociedade emancipatórias, bem como o acionamento de mecanismos que considerem que a gestão democrática e a construção e a implementação do projeto políticopedagógico (faces de uma mesma moeda) não podem ter por parâmetro uma lógica institucional apenas baseada na racionalidade, desconhecendo que as dimensões subjetivas, a cultura e o desejo de mudar constituem, também, forças impulsionadoras no sentido de que a escola pública brasileira realize as funções dela esperadas.

Por isso é necessário que a comunidade esteja comprometida com a educação de seus filhos e seja atuante na escola com sua participação, visando uma qualidade de educação satisfatória, e a escola precisa criar condições para que a comunidade se faça presente. Os profissionais da educação tem papel de destaque nessa mediação, tanto gestores, professores e funcionários com o objetivo em comum da missão da escola. Conforme descreve o Projeto Político Pedagógico (BELO HORIZONTE, 2014, p.7):

A Escola, num sistema democrático, construtor e transformador, pretende trabalhar com uma proposta educativa que viabilize a inclusão social desenvolvendo o educando como indivíduo participante de sua história através de uma cidadania responsável e, realmente, viável. (BELO HORIZONTE, 2014, p.7).

A Escola Estadual Deputado Álvaro Salles pretende tornar-se uma escola de referência na região pela qualidade dos serviços prestados.

O Projeto Político Pedagógico foi elaborado contando com a participação dos segmentos da escola, alunos e dos pais em dias diferentes. Houve o momento com os segmentos da escola, diferenciado dos pais e alunos, a partir de discussões, explicações sobre as condições da escola e reflexões sobre a importância do Projeto para escola, uma vez que o mesmo já existia e necessitava ser reelaborado. Foram analisadas e identificadas por todos os presentes, numa participação efetiva, situações e propostas de ações, de acompanhamento, do processo educativo com qualidade e compromisso para os educandos.

Dessa forma, após plenária e consolidação o resultado foi à elaboração desse documento importante, com a participação de todos os envolvidos.

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Estadual Deputado Álvaro Salles de Ensino Fundamental e Médio tem por finalidade a educação de crianças, jovens e adultos em sua formação como cidadãos, conscientes e capazes de conviver e atuar na sociedade. Sendo dever da escola prepará-los em suas habilidades e competências para as novas exigências, desafios da vida e compreensão da sociedade em que vivem nesse mundo globalizador. Para que possam também participar de maneira ativa, crítica, solidária, profissional e política no exercício de sua cidadania. Para que isso ocorra à escola segue o que prevê a Constituição de 1988, em seus artigos 205 e 206, assegurando o direito à educação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, e promovendo um ensino com princípios. (BRASIL, 1988). Segundo Cury (2006, p.2):

A educação escolar é um bem público de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também dever do Estado na educação infantil.

Além disso, CURY (2006, p.2) descreve que esse bem público está protegido por leis, como a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) a LDB n°9394/96 (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional da Educação 2011/2020. Sendo um direito reconhecido, deve ser garantido ao educando não somente o acesso, mas também devem existir condições de permanência e de qualidade.

De acordo com KALOUTISN, MASAGÃO (2005, p.236) “para a LDB, o objetivo maior do processo educacional brasileiro deve ser a formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem”. Para essa formação básica no ensino fundamental é preciso que a escola esteja comprometida e envolvida em ações no cotidiano mediante, como KALOUTISN, MASAGÃO (2005, p.236) descreve:

[...] o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Verifica-se nesse texto a preocupação com a formação do educando, sendo o mesmo encontrado no artigo 32 da LDB n°9394/96 (BRASIL, 1996). É importante promover a participação dos jovens na formação do ensino médio, etapa conclusiva

da educação básica, pois como descreve a LDB nº9394/96 (BRASIL, 1996), em seu artigo 35, é fundamental que a escola também esteja preparada para atendê-los em suas expectativas. Para que o aluno possa consolidar sua aprendizagem, tenha preparação básica para o trabalho, se aprimore como ser humano, compreendendo fundamentos científicos- tecnológicos e que possa dar prosseguimento aos estudos.

A escola atende também os alunos da Educação de Jovens e Adultos, especificamente alunos de Ensino Médio, que não completaram os estudos na idade correta, por diversos motivos. Adequando as condições dos alunos.

Contemplam também alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, considerando suas necessidades específicas. Alguns alunos; tem professor de apoio de acordo com a Resolução CNE No. 02, de 11 de setembro de 2001, artigo 8º:

I - professores das classes comuns e da educação especial, capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos.

Dessa forma, é necessário voltar à atenção para uma educação inclusiva em um sistema democrático, com igualdade de direitos, com a participação de todos, com qualidade, sem discriminação de qualquer espécie, para que o aluno seja sujeito crítico, interagindo e transformando a sociedade, consciente de seus direitos e deveres. De acordo com CURY (2006, p 7) “a função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição das discriminações.” A participação da família e sociedade também são importantes nessa função de criar condições de igualdade, bem como o Estado.

Nesse sentido, a escola destacou, dentro de princípios de flexibilidade, autonomia e liberdade os seguintes objetivos:

- Proporcionar o educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização.
- Preparar o educando para o exercício pleno e consciente da cidadania, mantendo intercâmbio comunidade/escola, oportunizando a integração do aluno no seu meio físico e social.
- Possibilitar a aquisição de habilidades básicas de leitura, escrita e raciocínio lógico;

- Viabilizar a formação do pensamento crítico e dinâmico para a vivência em sociedade;
- Oferecer formas diversificadas de ensino partindo da necessidade do educando;
- Capacitar o educando para a prática consciente de uma conduta salutar no aspecto social, ambiental e cultural;
- Consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos possibilitando seu aprimoramento cultural;
- Resgatar e aprofundar o conhecimento já adquirido;
- Valorizar o educando como pessoa humana, em sua formação ética e no desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico.
- Oferecer formação geral do educando para o trabalho e para o prosseguimento dos estudos. (BELO HORIZONTE, 2014, p.12)

Contudo, é relevante a atuação e a relação entre professor e o aluno na escola.

Como descreve CURY (2006, p.10):

A sala de aula, espaço privilegiado do ambiente institucional da escola e do fazer docente, é o lugar apropriado do direito de aprender do discente, de daí se projeta para um mundo que vai rompendo fronteiras e revelando, ainda que por contradições, o caráter universal do homem.[...] se tornando também espaço do ensino virtual pelo qual o mundo vem se transformando em uma grande sala de aula.

De acordo com FREIRE (1996, p.47) citado por SANTOS (2008, p.26) “É preciso superar a relação pedagógica centrada no professor transmissor de conhecimento, no aluno submisso, sem vinculação com a realidade social e cultural do mesmo.” Uma escola crítica, reflexiva, participativa, rompendo fronteiras, aberta para discussões, envolvida com as constantes mudanças da sociedade.

Segundo SOUZA (2010, p.2):

[...] concepção de política educacional assume um caráter *liberal*, na medida em que toma como ponto de partida a ideia de que são os “interesses coletivos” que legitimam os rumos a serem tomados. Nesta concepção, o planejamento adquire legitimidade, uma vez que as decisões são tomadas em nome de “todos” ou da “maioria”.

É importante ressaltar a importância na tomada de decisões que podem ter representantes de cada segmento, em um Conselho Escolar e conselho de classe. Em sua fundamentação teórica a escola destaca ser importante que o professor crie situações de ensino baseadas nas descobertas dos alunos.

Diante dessa concepção, Vygotsky, citado por REGO (1995, p.93) considera “[...] que o homem se constitui como tal através de suas interações sociais, portanto, é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em determinada cultura.” Portanto, cabe ao educador desenvolver atividades para que ocorra uma aprendizagem significativa.

Nesta visão a proposta da escola deve ser a de gerenciar uma educação que visa o pleno desenvolvimento pessoal e afetivo do aluno, dando a eles oportunidade de crescer como pessoas capazes de discernir e desfrutar da vida, caminhar juntos com as constantes mudanças que ocorrem na sociedade, preparando-os desde a infância, nos primeiros anos escolares onde recebem uma gama de informações, que lhes sustentarão, pois os anos iniciais é o pilar do ensino fundamental. Este aluno preparado será um sujeito crítico, politicamente ajustado para desenvolver sua capacidade ou habilidades que serão descoberta por ele durante seu percurso na escola.

O aluno da Educação de Jovem e Adulto (EJA) encontrará na escola uma nova oportunidade de continuar seus estudos e terá ai um acompanhamento especial, pois muitos deixaram adormecer suas habilidades por razões sociais inerentes a motivos que fogem de sua vontade.

Sendo assim a escola promoverá o ensino a criança, jovens e adultos, tendo por principio que a construção do conhecimento é indispensável ao exercício e critico da cidadania na vida cultural, social e profissional. Neste sentido a escola desenvolverá ações de apoio educativo, através de projetos de acordo com as necessidades, para garantir condições no processo de desenvolvimento do educando.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **2.1 Estrutura Organizacional Administrativa**

A Escola Estadual Deputado Álvaro Salles foi fundada em 1981 em Belo Horizonte. Em 1995 ganhou um prédio novo no mesmo município, sua estrutura física corresponde a um modelo padrão das escolas estaduais. No andar de baixo há duas salas de aula em funcionamento, sala de professores, biblioteca, secretaria, sala de vídeo, sala de vice – direção, sala de supervisão, depósito/ almoxarifado, sala para funcionários, refeitório, cozinha, pátio descoberto, um estacionamento, quadra descoberta e coberta, banheiros para alunos, masculino, feminino e funcionários. As demais salas no andar superior dividido em duas partes, frente e fundo e uma sala de informática em funcionamento precário. Está equipada com computadores na secretaria, sala dos professores, supervisão e direção. Impressoras na secretaria, armários na secretaria e supervisão, mimeógrafos, uma copiadora de pequeno porte, fogão industrial, liquidificador industrial, escaninho na sala dos professores, armários para funcionários, mesa de reunião, alguns armários na sala de aula, carteiras e cadeiras, quadro negro, TV, data show, retroprojektor. Os equipamentos e mobiliários necessitam de reparos ou troca por novos, devido ao estado em que se encontra.

Todos os professores do ensino fundamental e Ensino Médio possuem curso superior. Nos anos finais e ensino médio alguns professores são contratados por um determinado período, sendo habilitados ou cursando o ensino superior para darem aulas com autorização da Secretaria Estadual da Educação. Alguns professores já possuem pós-graduação, outros em conclusão. Pessoal da secretaria possui curso de ensino médio, outros em conclusão e apenas uma com curso superior e pós-graduado. Os auxiliares de serviço a grande maioria possui ensino fundamental e alguns ensino médio.

A escola conta com serviço de vigilância noturna fornecida por uma empresa contratada pela Secretaria Estadual de Educação. Os recursos financeiros são recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), manutenção e custeio do governo estadual e liberado na caixa escolar para ações desenvolvidas na escola.

Durante festas promovidas pela escola, existe a arrecadação de recurso para manutenção na escola.

Segundo KALOUTISN, MASAGÃO (2005, p. 244) recursos financeiros são apontados como indicadores de qualidade na educação, quando suficientes para atender a necessidade e realidade das escolas. KALOUTISN, MASAGÃO (2005, p.244) descrevem também a importância do envolvimento da comunidade e o vínculo com o processo educativo, a organização, o cuidado, beleza do espaço físico. Um espaço físico, bem cuidado, que ofereça boas condições de trabalho, proporcionando condições para o ensino aprendizagem, requer conhecimento para se administrar os recursos disponíveis. Os Conselhos escolares (Colegiado, conselho Fiscal) tem papel fundamental nessas decisões.

## **2.2 - Estrutura Organizacional Pedagógica**

De acordo com DOURADO (2010, p.21) a questão da demanda em busca de uma boa escola acaba indicando uma qualidade positiva da educação. Essa questão pode ocorrer pela localidade ou para os alunos egressos que encontram maiores possibilidades de continuarem com seus estudos, melhoria de vida e inserção no mercado. Fato observado nessa instituição escolar, a demanda é maior que a oferta, muitas vezes tendo que se providenciar uma lista de espera, aguardando que algum aluno seja transferido para outra localidade.

O ingresso dos alunos nesta escola ocorre através de cadastramento escolar, por transferência de outras escolas, sendo gratuito. Ao ingressar passa por uma sondagem de conhecimento para sua enturmação. A enturmação dos estudantes ocorre de maneira heterogênea, respeitando os pares da idade e agrupando alunos de níveis de aprendizagem diferenciada e de comportamento na mesma turma.

Para ALAVARSE (2009, p.45) “[...] o problema não está em considerar que os alunos tenham diferenças, mas em como tratar essas diferenças, o que se converte num desafio democrático de equidade”. Trabalhar e tratar as diferenças requer uma abordagem especial, para que ao agrupar os alunos não sejam excluídos, por colegas, pela aprendizagem e por rótulos entre professores. De modo a assegurar um bom desenvolvimento e inclusão social.

O Ensino Fundamental dessa escola tem duração de nove anos, estrutura-se em quatro ciclos de escolaridade:

I-Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 anos de escolaridade: 1º, 2º e 3º ano;

II- Ciclo Complementar, com a duração de 2 anos de escolaridade: 4º e 5º ano;

III- Ciclo Intermediário, com duração de 2 anos de escolaridade: 6º e 7º ano;

IV- Ciclo da Consolidação, com duração de 2 anos de escolaridade: 8º e 9º ano.

O Ensino Médio, etapa conclusiva da Educação Básica, possui duração de três anos e em 2014 houve a implantação do Projeto Reinventando o Ensino Médio. -

Educação de Jovens e Adultos – EJA (Ensino Médio). (BELO HORIZONTE, 2014, p.19)

O número de alunos em cada sala é organizado de acordo com a resolução enviada pela Secretaria Estadual de Educação a cada ano. Geralmente nas séries iniciais 25 alunos por sala, séries finais 35 alunos por sala e Ensino Médio até 40 alunos. De acordo com a demanda esse número muitas vezes ultrapassa chegando a mais 4 ou 5 por sala. Total aproximado de alunos: 1224.

Atualmente a escola atende 14 turmas pela manhã, 14 turmas no turno da tarde e 10 turmas no turno da noite.

Total de educadores turno da manhã: 1 Vice diretora, 2 supervisoras, 3 Língua Portuguesa, 3 Matemática, 3 Geografia, 2 Ciências, 1 História, 2 Educação Física, 1 Artes, 1 Biologia, 2 Inglês, 1 Física, 1 Química, 1 Sociologia, 1 Filosofia, 1 Turismo, 1 Ensino Religioso, 1 comunicação aplicada, 1 Bibliotecária, 1 espanhol, 3 professoras de apoio para alunos de Necessidades especiais.

Turno da tarde: 1 Vice diretora, 1 supervisora, 14 professoras regente de turmas, eventual 2, 1 bibliotecária, 2 professores de apoio para alunos de Necessidades especiais, 1 professora em ajuste funcional.

Turno da noite: 1 Vice diretora, 1 supervisora, 1 bibliotecária, 3 Língua Portuguesa, 2 Matemática, 2 Geografia, 1 Ciências, 1 História, 2 Educação Física, 1 Artes, 1 Biologia, 1 Inglês, 1 Física, 1 Química, 1 Sociologia, 1 Filosofia, 1 Tecnologia da Informação, 1 Comunicação Aplicada. Total de Professores: 78 Funcionários 31.

As reuniões pedagógicas entre professores e coordenação e/ ou direção são previstas em calendário escolar e readaptadas ao longo do ano letivo, com períodos quinzenais. São realizadas em módulos durante a semana ou aos sábados, todas com registro em atas. Com a comunidade escolar as reuniões acontecem bimestralmente ou às vezes dependendo da demanda quinzenalmente. Em algumas situações especiais os pais são comunicados e convocados a comparecerem na escola.

De acordo com SOUZA (2010, p.3) o planejamento na escola deve ser por excelência de forma coletiva e não fragmentado. O Planejamento Pedagógico nessa unidade escolar é realizado a partir da matriz curricular, Conteúdos Básicos Comuns (CBC), recebidos da Secretaria Estadual de Educação. Os professores apresentam o planejamento/plano de curso de forma anual, divididos em bimestre e a cada quinzena reavaliam e reelaboram o planejamento e enviam a coordenação. Nas séries iniciais o planejamento é realizado pelas professoras em grupo, de acordo com as turmas.

São desenvolvidos Projetos na escola tais como: Festa da família, Festa Junina, Projeto Cidadania, Projeto cultural, Mostra de gêneros textuais, Projeto Noite Romântica, Projeto Consciência Negra, Projeto leitura, Projeto Copa, Projeto Olimpíadas. São elaborados pela equipe de professores, coordenadores, direção e participação de alunos. A maioria dos Projetos é desenvolvida de maneira interdisciplinar.

NAVARRO (2004, p.2) descreve que uma escola de qualidade, “[...] contribui para a formação dos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se assim, uma qualidade referenciada no social”. Sendo a educação escolar instrumento de transformação social, trabalhar com Projetos permite situações de ensino que desenvolvam os alunos em suas habilidades, capacidades, potencialidades, aptidões, comprometimento, sentimento de partilha, cooperação, interpretar sua realidade e nela intervir.

### 3. CURRÍCULO

A escola em sua concepção de currículo procura contribuir no desenvolvimento das competências, valores, nas relações sociais, no respeito a diversidades, na formação de sujeitos para serem solidários, críticos, compromissados em um processo de humanização de todos. Segundo MOREIRA (2009, p.5) “ O currículo corresponde, então ao verdadeiro coração da escola.” O processo educativo, as ações pedagógicas entre professores e alunos, o conhecimento escolar e a cultura, fazem parte do currículo para melhoria da qualidade da educação.

Em Minas Gerais a Secretaria Estadual de Educação (SEE) elaborou Propostas Curriculares, materiais disponíveis no Centro de Referência Virtual do Professor Minas Gerais (CRV), para orientar os professores do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Reinventando Ensino médio e Educação de Jovens e Adultos, em seus Projetos e regência de aulas com sugestões de atividades. De acordo com VEIGA (1997, p.26):

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva de conhecimento escolar.

Nessa definição de currículo é importante para a organização escolar, que a construção social do conhecimento, produção, transmissão e assimilação, ocorram de maneira coletiva e que as pessoas envolvidas tenham o mesmo objetivo. VEIGA (1997, p.27) descreve que o currículo passa ideologia e expressa cultura. Além disso, “[...] o currículo não pode ser separado do contexto social, pois é historicamente situado e culturalmente determinado” VEIGA. A escola em sua função social procura desenvolver o currículo no contexto da realidade social em que o aluno está inserido, para que entenda a importância das disciplinas em sua formação e na sociedade.

Segundo SACRISTÁN (2000, p.34) currículo é “[...] o projeto seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada.” Em outras palavras sugere uma seleção de conteúdo, cultura,

de ordem social, política e administrativa realizadas dentro da escola em forma de atividades. As diretrizes, propostas curriculares da Escola Deputado Álvaro Salles se apresentam de acordo com a realidade da escola. Os conteúdos são desenvolvidos de acordo com os eixos disciplinares e também algumas disciplinas, como por exemplo, história, língua portuguesa e geografia, trabalham de maneira integrada em sua interdisciplinaridade. No entanto, essa prática deveria se estender as demais disciplinas e em todos os ciclos que a escola atende. Os currículos apresentam base nacional comum e parte diversificada, de acordo com a LDB nº9394/96 (BRASIL,1996) em seu artigo 26:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL 1996, art. 26)

Na proposta de organização curricular da escola são identificados os Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental que integram as áreas de conhecimento são os referentes às linguagens que correspondem a: língua portuguesa, língua materna, língua moderna, arte e educação física. Matemática, ciências da natureza e ciências humanas (história, geografia) e ensino religioso. Nessa concepção o currículo da escola busca os principais saberes para situar o aluno no contexto da realidade em que vive e interagir com seus conhecimentos prévios, para ampliar sua formação.

A respeito do Ensino Médio a RESOLUÇÃO/ SEE, Nº 2197/2012 regulamenta em seus artigos 33 e 34:

art. 33. As Escolas de Ensino Médio devem prover ensino de qualidade, de forma a ampliar o acesso e as taxas de conclusão e garantir a melhoria da eficiência no uso dos recursos disponíveis e na proficiência dos alunos. art. 34. O primeiro ano do Ensino Médio deve assegurar a transição harmoniosa dos alunos provenientes do 9º ano do Ensino Fundamental, considerando o aprofundamento dos Componentes Curriculares dos anos finais do Ensino Fundamental e a inclusão de novos Componentes Curriculares.

Nessa etapa o currículo deve garantir aos alunos um conhecimento mais abrangente para seu desenvolvimento, considerando as diversidades e promovendo uma educação de qualidade, tanto para sua formação, como para dar prosseguimento aos estudos. São apresentados os seguintes componentes curriculares para o ensino médio, bem como a Educação de Jovens e Adultos (EJA): Linguagem, Língua Portuguesa; Língua Materna (indígena), Língua estrangeira, Arte, Educação Física. Matemática, Ciências da Natureza (Biologia; Física; Química). Ciências

Humanas (História; Geografia, Filosofia, Sociologia). No Reinventando ensino médio os componentes curriculares seguem na mesma organização, porém, foram selecionados outros componentes para análise, de acordo com a RESOLUÇÃO SEE Nº 2.251 DE 02 DE JANEIRO DE 2013. Após votação dos alunos do 1º ano ensino médio (Reinventando Ensino Médio) e reunião com os pais, foram escolhidos três áreas de empregabilidade: Comunicação aplicada, Tecnologia da informação e Turismo.

Além disso, é necessário que a escola trate com questões que interferem no cotidiano dos alunos, e apesar de algumas temáticas estarem incluídas na proposta curricular, são abordados temas transversais, não sendo restritos a uma única disciplina. Os temas são desenvolvidos em projetos, palestras, vídeos, textos, trabalhos em grupo entre outros.

#### **4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

O tempo na escola é basicamente organizado de maneira a se cumprir o calendário, dias letivos, convivência, relacionamentos e horários de aula para o desenvolvimento da aprendizagem. Entretanto, de acordo com MARIN e SAMPAIO (2009, p.28) cada aluno possui um ritmo diferente, e muitas vezes não acompanha o tempo das disciplinas. No contexto social, além dos muros da escola, o tempo também exerce fator importante na sociedade. A escola basicamente prepara os alunos para participarem desse tempo estabelecido, aprender a se organizar, aproveitar o tempo de estudos, pois o tempo passa, sendo necessário adquirir conhecimentos para o futuro e a convivência na sociedade.

Segundo MARIN e SAMPAIO (2009, p.29) “[...] espaços e tempos escolares organizam-se para a ordem e para o máximo rendimento, para relações que classificam, separam e afastam saberes e também pessoas, emoções, necessidades particulares.” Apesar desse tempo corrido na escola, de saberes que acabam ficando fragmentados pelo pouco tempo de aprendizagem, é importante estabelecer o tempo ideal para o aprendizado do aluno em sua faixa etária respeitando seu ritmo e tempo.

A escola atende ao cumprimento da carga horária, de acordo com o que prevê a LDB nº9394/96 (BRASIL, 1996) em seu artigo 24 que diz: “ I – a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais quando houver.”

A organização desse tempo compreende uma estrutura de ciclos no Ensino fundamental. De acordo com ALAVARSE (2009, p.42): “A palavra ciclo(s) designa período temporal ou duração de um processo para que algo ocorra; assim, o ensino fundamental constituiria um ciclo, ou poderia ser desdobrado em períodos – ciclo-menores.”

Porém, essa organização em ciclos requer constantes intervenções, pois ainda existem resistências a essa estrutura. Ao ingressarem na escola o aluno passa os três primeiros anos no Ciclo de Alfabetização, iniciando sua alfabetização,

preparação para leitura, cálculos e raciocínio lógico matemático. Nesse tempo o aluno é acompanhado em sua progressão continuada, com intervenções no processo de aprendizagem para consolidar a alfabetização.

No Ciclo Complementar com duração de dois anos, espera-se que durante esse tempo complete a alfabetização, pois o aluno é o centro dessa aprendizagem, da construção do seu conhecimento e sua formação. Nos Ciclos Intermediários e Consolidação do ensino fundamental, abrange um tempo de intervenções, vivências, construção de identidade, formação e consolidação dos ciclos anteriores. Segundo FREITAS (2004, p. 15):

Do ponto de vista político e ideológico, a proposta de ciclos é herdeira de uma postura progressista, que vê a escola como um espaço transformador e que para tal, deve ser igualmente transformado em suas finalidades e em suas práticas, em seus espaços de gestão e em seus tempos de formação. Para que os estudantes atuem na vida de forma transformadora, é necessário que o espaço da escola favoreça a prática transformadora, a começar por ela mesma.

Dessa forma, na proposta de trabalhar por Ciclos compreende a inclusão do aluno nos espaços escolares, respeitando o tempo para que em sua formação isso ocorra. Além disso, alguns professores trabalham nos espaços das salas de aula não somente com a mesma organização, mas conforme o planejamento das atividades, em grupos, em formatos diferentes da colocação das carteiras, em salas de vídeos, na biblioteca, em baixo da árvore, no refeitório, na quadra, promovendo uma aprendizagem motivadora e significativa. Essas atividades também são ampliadas na medida em que tanto alunos quanto professores desenvolvem projetos de visitação a outros espaços fora da escola.

Os professores através da interdisciplinaridade promovem estudos em museus de história natural da UFMG, museus de arte, a cidades históricas, teatros com peças de interesse coletivo, cinema, onde abordam temas estudados, passeios ecológicos de resgate ao meio ambiente, lazer e visitas a biblioteca da escola com Projetos de leitura desde os anos iniciais ao ensino médio.

Os professores cumprem sua carga horária de aulas e também módulos, conforme RESOLUÇÃO SEE Nº 2.442, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013 /SEE/MG , que são realizados para desenvolverem planejamentos, correções de atividades, cursos, e participam dos dias escolares previstos em calendários, geralmente aos sábados.

De acordo com NETO (2009, p.32) “O ambiente social da escola é extremamente rico em diferentes configurações espaciais e em múltiplos rituais e práticas que distribuem espacialmente as coisas.” Esses espaços são relações desafiadoras, diferentes dos espaços familiares, com rituais e práticas que contribuem para não somente o ensino de conhecimentos e a formação do sujeito, mas a convivência social e o aproveitamento desse espaço.

## 5.PROCESSOS DE DECISÃO

Uma gestão democrática pressupõe autonomia e participação de seus segmentos na tomada de decisão construindo uma escola democrática.

Segundo SOUZA (2010, p. 1):

[...] ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola.

Assim, a participação é um grande avanço, onde todos têm direito, de voz, de vez, discutem, acompanham, com conhecimento, informação, tanto alunos, pais, comunidade, professores. É um processo longo, mas legitimado, com envolvimento de todos.

Nas escolas estaduais em Minas Gerais os gestores passam por um processo no qual a comunidade elege seu gestor, sendo um facilitador da gestão democrática. A Escola Estadual Deputado Álvaro Salles participa desse processo democrático, voltada para uma gestão participativa, conquistando, fortalecendo e efetivando-se a cada dia.

De acordo GONÇALVES e CARMO (2001, p.35) para que essa participação aconteça é preciso:

[...] que o gestor se proponha, conscientemente, a impor o menos possível; a aceitar a morosidade de um processo participativo; a superar o medo de ser julgado e ainda de perder alguns privilégios; a de ter de conviver com ideias diferentes ou contraditórias as suas e a de conter sua tendência mais ou menos centralizadora, individualista ao tomar decisões.

Cabe ao gestor ter uma liderança participativa, pois lida com a diversidade, com diferentes ideias, muitas vezes contrárias ao seu parecer. É necessário equilíbrio para que suas ideias não sejam impostas ou tenham que prevalecer, saiba coordenar o processo de tomada de decisão, pois deve ser partilhada.

Para GONÇALVES e CARMO (2001, p.39) a “Tomada de Decisão é um ato que exige firmeza ou coragem na resolução do problema, objetivando conquistar resultados positivos tanto pessoal quanto econômico.” Nesse sentido é preciso ter habilidade e coragem para decidir, firmeza, na resolução de problemas .

Na questão de ordem administrativa e financeira o gestor diante de processos de decisão, convoca o Colegiado (com segmento de pais, alunos, professores e funcionários, eleitos pela comunidade escolar) com antecedência, com pauta dos

assuntos a serem tratados para solucionarem a questão, afixados no mural do pátio, entrada e portaria. Como sugere CAMARGO e ADRIÃO (2003) citado por SOUZA (2010, p.3) uma proposta de organização e funcionamento do Conselho de Escola, Colegiado que amplie o sentido da democracia precisa :

- definir prioridades e metas pode e deve pressupor a seleção de recursos e prazos para serem atingidas, caso contrário a sensação será de incapacidade;
- realizar, sempre que necessário, uma decodificação das leis, normas, portarias e demais documentos formais, pois nem todos dominam a linguagem burocrática, enquanto outros se escondem atrás dela,
- estabelecer coletivamente prioridades e distribuir, também de maneira coletiva, as responsabilidades pela sua operacionalização;
- propiciar e valorizar as discussões prévias entre representantes e representados para subsidiar o processo de tomada de decisões;
- procurar destinar todos os recursos existentes na escola para o favorecimento das práticas a serem adotadas pelo Conselho Escolar
- incorporar experiências populares e locais na resolução de problemas pontuais, como tática para o incentivo aos encontros coletivos.

Entretanto, vários fatores devem ser relevados na tomada de decisão, principalmente com a participação de todos os segmentos, deve-se ter atenção no planejamento das ações, pensar no coletivo e acompanhar o processo. Principalmente na questão de recurso financeiros, onde o repasse é feito pelo governo federal e estadual direto na escola.

Porém, na questão de ordem pedagógica primeiramente a equipe pedagógica se reúne com a direção para levantamento de situações que envolvem problemas que necessitam de soluções. Apresentam para o Conselho de classe, todos os participantes dão opiniões, avaliam, ou em outras situações são colocadas em pauta na reunião pedagógica, bem como ao Colegiado. Na maioria das vezes esses conselhos conseguem chegar a uma decisão. Quando fica impossível a direção convoca a inspeção também para participar, bem como os pais na tomada de decisão. As decisões são tomadas para melhoria da qualidade da educação na escola e para a formação dos educandos.

De acordo com o Regimento escolar da Escola Estadual Deputado Álvaro Salles (BELO HORIZONTE, 2014, p.7) a organização administrativa compõe-se:

Constituem a Organização administrativa desta escola: Diretoria, Serviço de Apoio Administrativo, Órgãos Colegiados. A diretoria é constituída pela direção e vice-direção. Seu funcionamento será determinado conforme exigências legais, em consonância com as necessidades da Escola.

O serviço de apoio administrativo tem participação nas reuniões administrativo-pedagógicas, no colegiado e conselho de classe, com sugestões para melhoria da qualidade da escola.

A participação do Colegiado ocorre efetivamente no cotidiano escolar e durante as convocações nas tomadas de decisão. Contribuem nas decisões da gestão pedagógica, administrativa e gestão financeira colaborando com a gestão democrática da escola.

Segundo DALBEN (2006) citado por BELO HORIZONTE (2014, p.12) são objetivos do Conselho de Classe:

- I. Avaliar a prática pedagógica como um todo em cada disciplina, subsidiando, dessa forma, a construção do projeto político-pedagógico da Escola;
- II. Definir critérios para apreciação do desempenho dos alunos de cada disciplina;
- III. Selecionar e problematizar as necessidades de aprendizagem do aluno, tendo em mente o princípio do ensino personalizado;
- IV. Identificar alunos com dificuldades específicas de aprendizagem
- V. Selecionar objetivos de ensino
- VI. Estruturar e avaliar projetos de trabalho;
- VII. Caracterizar e problematizar necessidades específicas da relação pedagógica quanto ao conteúdo da disciplina, as atividades de ensino, a relação com o professor e avaliação da aprendizagem;
- VIII. Caracterizar e problematizar necessidades;
- IX. Entrar em consenso e acatar as decisões entre os presentes a respeito da trajetória escolar do aluno.

Nesse processo de tomada de decisão o Conselho de Classe de acordo com a RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012, esclarece em seu artigo 6 :

Os profissionais da Escola devem reunir-se, periodicamente, conforme cronograma estabelecido pela Equipe Gestora, para estudos, avaliação coletiva das ações desenvolvidas e redimensionamento do processo pedagógico, conforme o previsto no Projeto Político-Pedagógico e no Plano de Intervenção Pedagógica (PIP). (RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012)

No artigo 75 dessa Resolução descreve sobre a importância dos estudos orientados para superar a defasagem dos alunos conforme Plano de Intervenção Pedagógica discutidas no Conselho de classe. E no artigo 80 destaca sobre a promoção e progressão parcial dos alunos do ensino fundamental e ensino médio, decididas e avaliadas pelos professores no Conselho de Classe. Dessa forma, a tomada de decisão, contribui muito para as discussões, intervenções, avaliações entre os participantes para revisão da prática pedagógica e apresentação de soluções para determinados alunos.

De acordo com o Regimento Escolar da Escola Estadual Deputado Álvaro Salles (BELO HORIZONTE 2014, p.13) “O Grêmio Estudantil é formado somente por alunos da Escola. Suas atividades, objetivos e normas rege-se-ão pelo estatuto próprio, aprovado em Assembleia Geral, convocada para este fim.”

O Grêmio apresenta papel importante na tomada de decisão, pois contribuem com participação e sugestões. Porém, ainda não muito efetiva, apenas quando convocados, sendo necessário desenvolver uma participação mais dinâmica com envolvimento maior nas questões estudantis e na tomada de decisões da escola. Com certeza o impacto na organização da escola seria maior, nas reivindicações, propostas e melhorias do cotidiano escolar.

## 6.RELAÇÕES DE TRABALHO

A Escola Estadual Deputado Álvaro Salles no início do ano letivo promove uma reunião geral com todos os funcionários para apresentar de uma forma geral o funcionamento da instituição. Na oportunidade são repassadas normas de convivência, orientações gerais da Secretaria Estadual de Educação e as funções de cada servidor, bem como o estatuto , leis, e algumas resoluções.

Segundo JAPECANGA (2000, p.42) “Na escola nem sempre o diretor está fazendo cumprir ordens delimitadas por ele mesmo.” Porém, o gestor segue conforme as instruções recebidas pela Secretaria de Educação para o bom andamento da escola. A direção da escola, em um sistema democrático tem certa autonomia para tomar algumas decisões.

De acordo com as determinações cada funcionário é designado para uma função e o gestor orienta como deve ocorrer o procedimento. De acordo com LUCCHESI (1997) citado por JAPECANGA (2000, p.45) “[...] o diretor é um importante profissional nesse contexto. Ele deve ser um articulador.” O gestor necessita desempenhar bem suas funções, conhecer as relações do cotidiano escolar e nela atuar de maneira participativa.

Em suas atribuições faz atendimentos a alunos, zela pela frequência alunos e funcionários, coordena reuniões com os pais e servidores, libera matrículas, assina documentos escolares, zela pela organização do prédio da escola, repassa informações da Secretaria, realiza a contratação de funcionários de acordo com as orientação recebidas da Secretaria Estadual de Educação, organiza eventos escolares, participa do Colegiado, do Conselho de classe, acompanha aprendizagem dos alunos, avaliações internas e externas, zela pela disciplina, por projetos, Projeto Político Pedagógico e intervenção Pedagógica.

A vice - direção atua nos turnos organizando entrada/saída/ frequência de alunos, professores, supervisores, secretaria e auxiliares de serviços. Atendimento aos pais, disciplina dos alunos, monitoramento de recreio, contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, participa do Projeto Político Pedagógico, Intervenção Pedagógica, auxiliar a direção, organização de eventos limpeza em geral, inventariar os bens da escola, participação no Colegiado, conselho de classe, reuniões com pais e funcionários, recepção de pessoas ou visitantes, matérias entre outros.

A supervisão atua junto com alunos, professores e pais, na questão pedagógica e orientação para possíveis encaminhamentos que se façam necessários, coordenação de eventos, conselho de Classe, conferência de diários, monitoramento de recreio, implementação do Projeto Político Pedagógico, elaboração do regimento e projetos de intervenção pedagógica.

A secretaria cuida da vida escolar dos alunos, documentos, históricos, bilhetes aos pais, convites, registros e documentos de funcionários, contratação, educenso, históricos, transferências, matrículas, atendimento ao público. Os auxiliares de serviços mantêm a organização e limpeza da escola, merenda dos alunos, entrada e saída dos alunos, conferência de merenda, manutenção do prédio e conservação.

Os professores tanto regentes, bibliotecárias, eventual, professores de apoio, estão engajados em trabalhar com os alunos para desenvolverem suas habilidades e competências, em consonância com a proposta da escola. Participam da proposta pedagógica, intervenção com os alunos, recuperação paralela, reuniões com a família, atividades extraclasse.

A escola no 1º e 2º turno tem professores de apoio para atendimento aos alunos em situação especial, interprete de LIBRAS e deficiência Múltipla.

As bibliotecárias fazem atendimento aos alunos, funcionários e a comunidade em geral organizam os livros, desenvolvem projetos de leitura e intervenção.

Em todos os turnos, entre direção e funcionários percebe-se um clima de solidariedade, amizade, profissionalismo, ética, responsabilidade e compromisso com a qualidade da educação. E como em todo ambiente democrático a participação e envolvimento geram alguns conflitos, discussões, mas dentro do respeitável e tolerável.

Além disso, a escola recebe uma clientela diversificada, alunos muito carentes, alunos de abrigo e alunos de um nível sócio econômico considerável.

“A escola entende a educação como um processo de formação com o qual o aluno constrói e amplia seu universo cultural e social.” (BELO HORIZONTE, 2014, p.5)

A comunidade escolar está presente nos eventos escolares para prestigiar as atividades desenvolvidas por seus filhos, participa de reuniões de entrega de boletins, enviam sugestões para a direção da escola, participam do colegiado, do

Projeto Político Pedagógico, do dia “D” na escola, que é um programa do governo Estadual. A escola recebe os pais com horário agendado ou quando há necessidade de reunião com os mesmos. Segundo JAPECANGA (2000, p.46),

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas.

Nesse sentido, a gestão da escola procura envolver todos os segmentos na participação, principalmente na tomada de decisão, buscando opiniões sugestões, partilhando o poder.

Em situações de conflitos no ambiente escolar entre aluno-aluno, geralmente o próprio professor tenta resolver e propor soluções. Se a situação é muito conflitante encaminha para supervisão ou vice-direção, aonde são realizados registros do fato ocorrido e chamada a família. O mesmo ocorre em conflitos aluno- professor. Nas situações professor- professor a vice- direção e a direção tentam através de diálogo solucionar, também registram e caso necessário a inspeção participa da reunião. Na ocorrência professor-gestão, a interferência da inspeção se faz necessária, dependendo pode chegar até a Superintendente da Regional.

Contudo, a escola possui um regimento disciplinar que prevê algumas penalidades dentro das normas da lei, para funcionários. São penas disciplinares segundo o Estatuto do Servidor de Minas Gerais: a repreensão, multa, suspensão, destituição de função e demissão. De acordo com ORIENTAÇÕES BÁSICAS RELATIVAS À ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL (MINAS GERAIS, 2013, p.160) Pena disciplinar:

É a punição aplicada ao servidor pela transgressão a normas e dispositivos regulamentares, aplicada por autoridade competente, de acordo com a natureza de sua gravidade da infração, após a conclusão do devido processo legal. (Base legal: Artigos 244 a 250, da Lei n.º 869, de 5/7/1952).

Para os alunos as penalidades tem valor formativo, são estabelecidas pelo Colegiado e de acordo com a Proposta Pedagógica da Escola. Após os pais comparecerem na escola e esgotados todos os recursos, os alunos são encaminhados para Conselho Tutelar, ou Promotoria da Infância (Ministério Público), ou Polícia Militar (casos de indícios de infração penal).

Outra preocupação constante é com a formação dos professores dos anos iniciais aos anos finais. A Secretaria Estadual de Educação e as Superintendências de ensino de acordo com as demandas de resultados de avaliações externas indicam para as escolas capacitação para os professores e especialistas. O Ministério da

Educação (MEC), governo federal disponibilizou curso para as professoras dos anos iniciais, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). E recentemente Programa Ensino Médio Inovador, para os professores do ensino médio.

O pessoal de secretaria participa em diversas áreas principalmente sistema de informatização. A direção também recebe formação continuada em serviço. Além disso, a Secretaria Estadual disponibilizou curso de formação continuada na escola Magistra, inclusive para capacitação de membros de Colegiado. Os cursos são distribuídos ao longo do ano letivo e algumas capacitações próximas da realização das avaliações externas. Alguns funcionários e professores por iniciativa própria procuram cursos e especializações em sua formação continuada.

Dessa forma, a escola está sempre se atualizando e proporcionando formação continuada e até mesmo em algumas situações promove palestras para pais e funcionários no ambiente escolar.

## 7.AVALIAÇÃO

De acordo com Fernandes e Freitas (2008, p.19) “A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar nossa atuação futura.” Nesse sentido avaliar é refletir sobre as informações e planejar o futuro. Segundo Fernandes e Freitas (2008, p.20) a avaliação faz parte do processo pedagógico e compreende em acompanhar o aluno durante esse percurso, ou em determinado período para planejamento de ação educativa. Ainda ressalta que ao longo do processo torna-se avaliação formativa e quando no final do processo é avaliação somativa.

Nessa perspectiva de acordo com a RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012 em seu artigo 69 a escola propõe, em sua gestão democrática:

[...] assumir um caráter de avaliação processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, A escola deve utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos; fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos, assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo. Prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo; assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente; possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade ano de escolaridade. (BELO HORIZONTE, 2014,p.142 ).

Fernandes e Freitas (2008, p.20) afirma que:

[...] a avaliação parte do princípio de que todas as pessoas são capazes de aprender e de que as ações educativas, as estratégias de ensino, os conteúdos das disciplinas devem ser planejados a partir dessas infinitas possibilidades de aprender do estudante.

Dessa forma, é necessário observar qual é o princípio de avaliação mais adequado para os alunos, principalmente para evitar a exclusão durante esse processo.

A proposta da escola é obter uma avaliação coletiva, sendo necessária a presença do Conselho escolar, ou conselho de classe. Ao término das avaliações das disciplinas, a entrega de trabalhos, e atividades, os professores, supervisor pedagógico, direção, vice- direção, representante de aluno, auxiliar de secretaria, se reúnem de acordo com o ano/turma, e antes de lançarem as notas ou conceitos, cada um deve dar um parecer sobre cada aluno. Avaliando sua participação, interesse, aproveitamento, dificuldades, atitudes, metodologia utilizada, da

aprendizagem, pontuando as condições e a necessidade de mudanças conforme a situação. Segundo NAVARRO (2004, p.1), “há de se considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem, revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros.” É necessário antes do resultado final, das notas, acompanhar e entender como se processou essa aprendizagem, a metodologia, as condições oferecidas pela escola, que seja realizada de maneira a considerar vários aspectos. Além disso, são considerados os resultados dos alunos nas avaliações internas e externas, realizadas pelo Governo Estadual através do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica (SIMAVE), do Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica (PROEB); e do Governo Federal através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB).

Segundo SOUZA (2010, p. 8), “a avaliação de sistemas de ensino deve estar, portanto, ancorada no princípio e no método democrático que sustentam a gestão da rede/sistema de ensino e a gestão da escola.” Para que possam contribuir com a formação do cidadão, elevando o padrão de ensino, melhorando o ensino aprendizagem e obtendo informações necessárias para um planejamento participativo de novas práticas pedagógicas.

Dessa forma, logo no início do ano os alunos participam da avaliação diagnóstica, para uma sondagem. Nesse processo os professores ao longo do ano letivo

realizam intervenções para sanar as dificuldades dos alunos e ao mesmo tempo avançar cada vez mais em seus conhecimentos. Para a avaliação da aprendizagem são usados vários instrumentos, tais como, registros descritivos, relatórios, observação, exercícios, provas, testes, trabalhos individuais e coletivos.

De acordo com Fernandes e Freitas (2008, p.22) “[...] a auto-avaliação torna-se uma ferramenta importante, capaz de propiciar maior responsabilidade aos estudantes acerca de seu próprio processo de aprendizagem e de construção da autonomia.” Sendo esse um dos instrumentos também utilizados pela escola na intervenção pedagógica, auxiliando os alunos em sua prática educativa.

Nos Ciclos de Alfabetização e Complementar conforme a RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012 em seus artigos 72 e 73, ocorre à progressão continuada, sem interrupção nos ciclos, o que não impede do aluno ser avaliado, recebendo o acompanhamento do rendimento e desenvolvimento do professor em uma avaliação contínua e processual. Dentro da organização tempos e espaços escolares, a escola deve criar condições de intervenção para os alunos que não alcançaram os objetivos desejados para o ciclo. Os familiares devem acompanhar esse processo.

Nos Ciclos que seguem o Ensino Médio deverá ocorrer a Progressão parcial, de acordo com a RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012, em seus artigos 74, 75 e 76, em que permite o aluno continuar os estudos, mesmo que não tenha consolidado até 3 disciplinas. Terá oportunidade de superar a defasagem na aprendizagem com estudos orientados no plano de intervenção pedagógica ao longo do ano letivo. Os alunos do ensino médio só após a conclusão de todos os componentes curriculares poderão prosseguir seus estudos.

Os resultados das avaliações internas são importantes para a reorganização do planejamento escolar, para as intervenções que se façam necessárias. Nesse momento a participação da família ou dos responsáveis na vida escolar do aluno é imprescindível, pois contribui com incentivos, colabora com os professores e acompanha o desenvolvimento de seu filho. É importante mencionar, que essas decisões serão tomadas no Conselho de classe, em um momento de interação, discussão e dimensão coletiva do trabalho de todos. Os pais deverão ser comunicados até 20 dias sobre os resultados das avaliações de aprendizagem, que são distribuídas em bimestres.

O processo de avaliação de desempenho individual dos servidores também é apreciado pela gestão e comissão de avaliação, que ocorre no início do ano letivo, recebendo orientações da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SEE nº 7.110 DE 06 DE JULHO DE 2009. Os servidores efetivos preenchem Plano de Gestão do Desempenho Individual (PGDI) onde descrevem as ações que pretendem desenvolver, suas habilidades, atitudes, e sua formação continuada. Durante esse período são avaliados em vários quesitos referentes à sua atuação no cotidiano escolar, por exemplo, I- Desenvolvimento Profissional, II- Relacionamento Interpessoal, III- Compromissos Profissional e Institucional, IV- Habilidades Técnicas e Profissionais.

No segundo semestre também, e ao final do ano, recebem a comissão com suas notas, (máximo 100) as quais são avaliadas pela direção e comissão (membros da avaliação de desempenho) e supervisor pedagógico. Quando ocorre alguma discordância, podem recorrer na própria escola, ou na Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C. A gestão é avaliada pela Superintendente e por uma comissão formada por diretores e funcionários da Superintendência Regional Metropolitana C. Os demais servidores são avaliados, porém, não de maneira formal, como requer a avaliação de desempenho na qual os dados são inseridos no sistema. A avaliação é realizada com a direção, vice- direção e supervisão pedagógica. Segundo LUCENA (1995, p.149) A Avaliação de desempenho:

[...] constitui uma ferramenta gerencial para administrar o desempenho em todas as suas dimensões, desde a negociação dos resultados esperados, a análise da capacitação profissional, as reuniões para revisão do desempenho, até planejamento das ações para corrigir desvios de desempenho ou orientar o melhor aproveitamento das capacidades das pessoas e a avaliação dos resultados obtidos

Dessa forma, a escola pretende obter bons resultados ao avaliar tanto alunos como os servidores, propondo melhorias e intervenções para garantir a qualidade do ensino aprendizagem da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Deputado Álvaro Salles não é um projeto acabado, deve ser renovado em um fazer constante, de acordo com as necessidades do cotidiano escolar. Diante da proposta da formação do cidadão, de uma gestão democrática, com a participação de todos os envolvidos, a elaboração desse projeto requer uma ação- reflexão- ação constante de sua prática pedagógica.

Sendo um processo estará sujeito a mudanças e reestruturações na sua trajetória, visando uma educação comprometida com a qualidade da escola pública.

Dessa forma, cada estudante deve receber uma educação voltada para a cidadania, com seus direitos e deveres, com respeito, valorização, sejam solidários, agentes de transformação da sociedade, desenvolvam suas habilidades e competências e tenham profissionais capacitados, mediadores e comprometidos com a educação.

Segundo BAIROS e GOMES (2006, p. 9):

[...] Os professores são atores institucionais importantíssimos, cumprem uma função social, têm em suas mãos a possibilidade concreta de oportunizar as crianças e jovens em idade escolar tornarem-se cidadãos críticos, reflexivos e atualizados.

Os professores da escola precisam ser cada vez mais valorizados em sua atuação junto à comunidade escolar, e pelo sistema educacional, bem como os funcionários de maneira geral, pois cumprem um papel de destaque na educação das crianças, jovens e adultos.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico é como fiel da balança entre a intenção educacional e a pluralidade da comunidade em que a escola esta inserida. A escola com seu projeto elaborado para diminuir esta distância, e trazer para dentro da escola os desafios, os problemas reais, promovendo a construção coletiva de uma escola que sustenta a busca de soluções, e se integra como parte vital do meio sócio político cultural que se encontra.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso : 28/07/14

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos: algumas questões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a04.pdf>. Acesso: 01/07/14

BAIRROS, Mariângela, GOMES, Maria Beatriz- **REGIMENTO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ESPAÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DEMOCRÁTICA**. 2006. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4575/5522/31448/Regimento\\_escolar\\_e\\_projeto\\_politico\\_pedagogico\\_Maria\\_Beatriz\\_Gomes\\_Mariangela\\_Bairros.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4575/5522/31448/Regimento_escolar_e_projeto_politico_pedagogico_Maria_Beatriz_Gomes_Mariangela_Bairros.pdf) Acesso: 03/08/14.

BELO HORIZONTE – **Projeto Político Pedagógico** – Escola Estadual Deputado Álvaro Salles- 2014

\_\_\_\_\_. **Regimento Escolar** da Escola Estadual Deputado Álvaro Salles, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso: 30/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional** - Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Fonte:< WWW.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/19394.htm> acesso: 30/06/2014

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**, de 11 de setembro de 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso: 16/07/14

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4575/5522/31443/O\\_DIREITO\\_A\\_EDUCACAO\\_-\\_Carlos\\_Roberto\\_Jamil\\_Cury.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4575/5522/31443/O_DIREITO_A_EDUCACAO_-_Carlos_Roberto_Jamil_Cury.pdf) Acesso : 30/06/2014

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. In: BRASIL: MEC/ INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso: 30/06/14

FERNANDES, Claudia de Oliveira, FREITAS, Luiz Carlos de- MEC/SEB – 2008 BRASÍLIA . p.17-43. Indagações sobre Currículo - **Currículo e Avaliação**- caderno nº5.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou séries?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? Reunião Anual da ANPEd, Caxambu (MG) de 21 a 24 de novembro de 2004. Disponível em:

<[http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te\\_luiz\\_carlos\\_freitas.pdf](http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_luiz_carlos_freitas.pdf)>. Acesso 29/06/2014

GONÇALVES, Juçara dos Santos ; CARMO, Raimundo Santos do. Capítulo III – Tomada de decisão – conceitos e lideranças. GONÇALVES, J.Santos ; CARMO, R. Santos. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. 2001. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>. Acesso: 29/06/14

JAPECANGA, Alaíde Pereira. A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica. **Revista Org & Demo**. Marília. V01, Nº 01. 2000. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso: 20/07/14

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60p. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso: 30/06/14.

LUCENA, Maria Diva da Salete. **Avaliação de Desempenho**. São Paulo . Editora Atlas S.A. 1995

MARIN, Alda Junqueira, SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. et.al. Brasília. MEC – . SALTO PARA O FUTURO. Ano XIX – Nº 1 – Abril/2009. CURRÍCULO: TEMPOS E ESPAÇOS. Texto A - Currículo e tempo. A escola, o tempo e as crianças. In: **Currículo: Conhecimento e Cultura**. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012193>> Acesso: 11/08/14

MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO SEE Nº 2197 DE 26 DE OUTUBRO DE 2012. Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/banco\\_objetos\\_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-98F77FEFE621%7D\\_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202164.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-98F77FEFE621%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202164.pdf).> Acesso: 11/08/14

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO SEE Nº 2.251 DE 02 DE JANEIRO DE 2013. Disponível em: <[http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/banco\\_objetos\\_crv/1D4DD426D55C41EEA3DB99214C5C7D222312013162621\\_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202.251%20DE%2002%20%20DE%20JANEIRO%20DE%202013](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/1D4DD426D55C41EEA3DB99214C5C7D222312013162621_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202.251%20DE%2002%20%20DE%20JANEIRO%20DE%202013)>. Acesso: 11/08/14

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO SEE Nº 2.442, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013. Disponível em: <[crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/banco\\_objetos\\_crv/%7B4C11CF78-4212](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B4C11CF78-4212)

4687-AA09-F995751FE83D%7D\_RESOLUÇÃO%20 SEE%20N%20 202.442, %20DE %207%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202013.pdf.> Acesso : 20/07/14.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SEE nº 7.110 DE 06 DE JULHO DE 2009. Disponível em < [http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/banco\\_objetos\\_crv/%7BAD334C9A-D96E-4C25-98C1-FA384B66C5F9%7D\\_RESOLU%C3%87%C3%83O%20CONJUNTA%20SEPLAG-SEE%207110.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BAD334C9A-D96E-4C25-98C1-FA384B66C5F9%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20CONJUNTA%20SEPLAG-SEE%207110.pdf)> acesso: 16/08/14

\_\_\_\_\_. CATÁLOGO ORIENTAÇÕES BÁSICAS RELATIVAS À ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL . 2013 - 6ª edição. Planejamento e Gestão. Disponível em: <[crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/banco\\_objetos\\_crv/%7B9C2D66C3-44B1-477C-A03B-C0105D10A239%7D\\_catalogo-scap-set-2013.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B9C2D66C3-44B1-477C-A03B-C0105D10A239%7D_catalogo-scap-set-2013.pdf)> Acesso:16/08/14

MOREIRA, Antonio Flávio B. et.al. Brasília. MEC – . SALTO PARA O FUTURO. Ano XIX – Nº 1 – Abril/2009- Sobre a qualidade na educação básica- **Currículo**

**Conhecimento e Cultura.** Disponível em  
<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012193>> Acesso:  
11/08/14

NAVARRO, Ignez Pinto. et al. Brasília: MEC /SEB, 2004, P.31-35 **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**, caderno 2, Parte V. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4575/5522/31446/O\\_sentido\\_de\\_qualidade\\_na\\_educacao\\_Ignez.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4575/5522/31446/O_sentido_de_qualidade_na_educacao_Ignez.pdf). Acesso: 17/07/14

\_\_\_\_\_. (et al.). **Avaliação: o processo e o produto** - 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso: 28/07/14.

NETO, Alfredo Veiga. et.al. Brasília. MEC –. SALTO PARA O FUTURO. Ano XIX – Nº 1 – Abril/2009. Currículo e espaço. **Currículo: Conhecimento e Cultura.** Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012193>> Acesso: 11/08/14

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico cultural da educação.** Petropolis,RJ. Vozes. 1995. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/216304235/Vygotsky-Uma-perspectiva-historico-cultural-dahttp://pt.scribd.com/doc/216304235/Vygotsky-Uma-perspectiva-historico-cultural-da-educacao-Regoeducacao-Rego>. Acesso: 02/07/14

SACRISTÁN, J.Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3ª edição. ARTMED. Porto alegre. 2000. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/43900300/O-curriculo-Uma-reflexao-sobre-a-pratica>> Acesso: 01/07/14.

SANTOS, Elisangela Maria da Costa. Capítulo III. Relação Professor aluno. **A Avaliação da aprendizagem no ensino fundamental.** BRASÍLIA. 2008. Trabalho Monográfico. Disponível em: [http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/posdistancia/36142.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/36142.pdf) Acesso: 3/08/14

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional.** Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4575/5522/31441/Niveis\\_do\\_planejamento\\_educacional\\_-\\_Angelo\\_Ricardo\\_Souza.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4575/5522/31441/Niveis_do_planejamento_educacional_-_Angelo_Ricardo_Souza.pdf). Acesso: 30/06/14

\_\_\_\_\_. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso: 29/06/14

\_\_\_\_\_. **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição** – 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso: 28/07/14

VEIGA, Ilma Passos A. (Org). **Projeto político-pedagógico: uma construção possível.** 3ªed. Campinas: Papirus, 1997.